

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 14925/2018

Foi apresentada pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, nos termos dos artigos n.ºs 11.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, uma proposta de alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para o município de Salvaterra de Magos, aprovada pela Resolução do Conselho de ministros n.º 184/97, publicada no *Diário da República* 1.ª série-B n.º 250 de 28 de outubro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2008, publicada no *Diário da República* 1.ª série n.º 227, de 21 de novembro.

A Câmara Municipal de Salvaterra de Magos pretende excluir algumas áreas da Reserva Ecológica Nacional em articulação com a alteração da classificação do espaço-canal do traçado do IC 3, revogado no PDM em vigor, e com a correção de incongruências e omissões detetadas em termos de ordenamento do território.

A Câmara Municipal de Salvaterra de Magos procedeu em simultâneo a uma correção material e a uma alteração do seu Plano Diretor Municipal, a coberto do Aviso n.º 11039/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154/2018, de 10 de agosto, e do Aviso (extrato) n.º 11862/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160, de 21 de agosto.

A Agência Portuguesa do Ambiente e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo pronunciaram-se favoravelmente à proposta em sede da conferência decisória realizada nos termos do artigo 11.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo aprovou, em 26 de setembro de 2018 a alteração da delimitação de Reserva Ecológica Nacional para o concelho de Salvaterra de Magos.

Assim:

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com a redação do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, faz-se público o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

1 — Foi aprovada a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Salvaterra de Magos, com as áreas a excluir (C1 a C3 e E1 a E6) identificadas na planta e no quadro anexo ao presente aviso, que dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Consulta

A referida planta e a memória descritiva e justificativa do presente processo podem ser consultados na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, bem como na Direção Geral do Território.

Artigo 3.º

Produção de efeitos

A presente delimitação da REN do município de Salvaterra de Magos produz efeitos no dia seguinte à sua publicação.

1 de outubro de 2018. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

45817 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/ir/REN_Carta_de_Delimitação_45817_1.jpg
611705483

ECONOMIA

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Aviso n.º 14926/2018

Em cumprimento do estabelecido nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e dos

artigos 11.º e 12.º alínea b) da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, na sequência da conclusão do procedimento concursal para preenchimento de 4 postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVAP), se procedeu à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com dispensa de período experimental, com os seguintes trabalhadores:

Bernardo Edgar Serafim Costa, posicionado na 2.ª posição, nível 15, da carreira/categoria de técnico superior, com efeitos a 1 de outubro de 2018;

Hugo Miguel Esteves Batista, posicionado na 2.ª posição, nível 15, da carreira/categoria de técnico superior, com efeitos a 1 de outubro de 2018;

Liliana Andreia Fernandes da Cunha, posicionada na 2.ª posição, nível 15, da carreira/categoria de técnico superior, com efeitos a 1 de outubro de 2018;

Milene Basília Pinto, posicionada na 2.ª posição, nível 15, da carreira/categoria de técnico superior, com efeitos a 2 de outubro de 2018.

3 de outubro de 2018. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.
311703677

Despacho n.º 9732/2018

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, após conclusão de procedimento concursal, designo em comissão de serviço e pelo período de três anos, o Mestre Jorge Manuel Soares Ribeiro Mimoso, no cargo de Inspetor Chefe da Divisão de Apoio e Segurança da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal, da ASAE, considerando que o mesmo é possuidor dos requisitos legais exigidos para o provimento do referido cargo e detém o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, nomeadamente conhecimentos e experiência profissional relevantes, evidenciados na nota curricular anexa ao presente despacho do qual faz parte integrante, bem como elevada motivação, disponibilidade e espírito de liderança.

A designação produz efeitos a 25 de setembro de 2018.

4 de outubro de 2018. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados Pessoais

Nome: Jorge Manuel Soares Ribeiro Mimoso
Data de Nascimento: 30 de setembro de 1971

2 — Situação e Experiência Profissional

2015-2018 — Inspetor Chefe da Divisão de Apoio e Segurança, da Unidade Nacional de Informações e Investigação Criminal, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

2012-2015 — Inspetor da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça

2011 — Inspetor na Direção-Geral das Pescas e Aquicultura — Divisão de Fiscalização

2009-2011 — Inspetor na Inspeção-Geral das Atividades Culturais

2009 — Inspetor na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

2004-2009 — Inspetor na Autoridade para as Condições do Trabalho

2003-2004 — Assessor de Comunicação da Autoridade para as Condições do Trabalho

2001-2003 — Inspetor na Autoridade para as Condições do Trabalho

1999-2001 — Formador no Banco Comercial Português — Área Seguradora

1996-2000 — Colaborador do Banco Comercial Português — Área Comercial Bancária

1992-1993 — Docente Contratado do Ministério da Educação (ao abrigo do Estatuto de Alta Competição) — Escola Preparatória Marquesa de Alorna — Lisboa

3 — Formação Académica e Profissional Habilitante

2018 — Formação em Gestão Civil de Crises

2018 — Formação em Gestão pública — FORGEP

2018 — Mestrando em Direito e Segurança

2017 — Auditor de Segurança Interna

2017 — Pós-graduado em Direito e Segurança

2015 — Curso de Formação Pedagógica de Formadores — Certificado de Competências Pedagógicas

2009 — Técnico Superior de Higiene e Segurança do Trabalho, nível VI

2009 — Pós-Graduado em Segurança e Higiene do Trabalho